

EDUCAÇÃO E FILOSOFIA PARA OS JOVENS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES

André Silvério da Cruz, UFU -

1- Os desafios na educação: necessidade da Filosofia para os jovens.

O momento em que vivemos tem nos provocado perplexidade e desorientação, sobretudo, pais e professores. Não resta dúvida de que há um incômodo social, político, moral e existencial como fruto e reflexo de eventos e de crise, de uma modernidade em choque e que assolam os meios educacionais. Novos desafios estão sendo colocados na emergência desses paradigmas e de suas contradições. Há uma necessidade urgente de rever a escola, a função e a formação dos professores, portanto, sem cair no saudosismo ou mesmo na aceitação cega do que tudo se pode para o aluno, comuns inclusive em alguns meios educacionais com leituras pedagógicas mal elaboradas.

Cabe lembrar que o advento de um novo homem depende da construção de novas formas de conhecimento e de poder, de uma intencionalidade emancipadora e de uma nova sociabilidade cidadã, que recuse qualquer forma de espontaneísmo e de autoritarismo. Numa sociedade marcada pelo domínio exacerbado do trabalho e pela razão instrumental, tem sido difícil os indivíduos ocuparem o tempo do lazer e da escola de forma criativa. Vemos o quanto temos dificuldade de mudar a disposição das aulas, sentimos, cada vez mais, a falta da imaginação, da invenção e da fantasia, do exercício reflexivo abstrato, principalmente na formação dos adolescentes do ensino médio.

Fenômeno de um vazio pedagógico, lembrando que não é evento isolado, talvez seja um dos grandes emblemas atuais da civilização ocidental, paradoxalmente, numa sociedade em que se intensificam os meios de transmissão do conhecimento: a mídia, a imagem, os computadores, ou mesmo a continuidade dos livros como ainda um dos pilares da escolarização. Como vimos novos desafios estão sendo impostos como tarefa dos educadores. Desafios estruturais com os novos meios e instrumentos midiáticos de aprendizagem, desafios epistemológicos como necessidade emergente de superar a fragmentação dos saberes, mesmo respeitando os objetos específicos de cada

ciência; assistimos à dificuldade de entendimento do aluno em fazer conexões, ligações entre as áreas do conhecimento, até mesmo dos professores que precisam, urgentemente, de ampliar sua formação.

Se acreditarmos que a educação é mediação da existência histórica dos homens, outro desafio que se coloca, e talvez o mais urgente, é uma educação ética para a cidadania. Há uma forte tendência em especializar os estudantes de acordo com uma vocação para uma futura profissão. Nas escolas médias, temos assistido cada vez mais, a separação dos alunos em turmas de humanas, biomédicas e exatas, pedagogicamente, outra façanha da razão instrumental a serviço do capital. Este fato é o maior equívoco a que temos assistido nos últimos tempos, porque, nessa perspectiva, a escola está contribuindo para alargar o fosso das contradições e cometendo uma violência intelectual contra a juventude. Situação difícil e árdua para superar, pois está impregnado na mentalidade da sociedade e do jovem tal intuito educacional. Motivo, inclusive, de grande resistência dos estudantes quando se trata de ampliar os conhecimentos ou mesmo de questionar os valores éticos acerca da ciência e de sua serventia, ou mesmo quando se colocam as questões políticas e sociais.

Por isso, defendemos a formação geral dos jovens, precisamos de uma formação abrangente, que possibilite abrir horizontes humanos, com uma visão de totalidade. Toda formação educacional e intelectual tem que ser abrangente, dando condições para o domínio da língua e da escrita, bem como o conhecimento de vastas áreas da cultura e da ciência. Sabemos que é possível tal projeto, o que basta é vontade política e consciência social.

“Quanto mais desenvolvida é a inteligência geral, maior é a sua capacidade de tratar problemas especiais. A educação deve favorecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver os problemas e, correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral. Esse pleno emprego exige o livre exercício da faculdade mais comum e mais ativa na infância e na adolescência, a curiosidade, que, muito frequentemente é aniquilada pela [simples] instrução (...)” (MORIN, 2004).

Temos plena consciência de que o ensino fundamental e médio é lugar para esta formação e não para formar futuros especialistas. Se a alta tecnologia exige especialização, isto não é função dos primeiros anos de ensino escolar, pois, temos que formar primeiramente o homem, o cidadão, o ser existencial no

seu caráter também totalizante e ontológico como indivíduo histórico.

Pelo que vemos e possuímos da realidade do mundo, é possível prever o que espera os jovens num futuro próximo, sabemos que será muito diferente do presente, pois as mudanças de paradigmas são inevitáveis, se serão bons ou ruins, isto dependerá de algumas posturas e decisões a serem já tomadas na sociedade, pelos pais, professores e dirigentes políticos. O que não podemos é ficar como meros espectadores assistindo passivamente aos eventos, mas tomar a consciência e o desafio de construir o novo.

Na intencionalidade da consciência, sabemos o que não queremos, é mais fácil dizê-lo, para abrir a possibilidade de construir um mundo mais humano, mais solidário e cooperativo. Na intencionalidade de educadores, sabemos o que queremos com a educação escolar, em especial, dos jovens adolescentes e, em destaque, uma formação filosófica desses jovens como meio e fim de recuperar a centralidade, a dimensão, a dignidade da vida humana, por isso, todas essas exposições de motivos abrangem um fim último: mostrar que a Filosofia não só está presente, mas pode contribuir em respostas a essas crises no momento histórico que vivemos. Segundo, no caso da educação brasileira, consolidá-la como disciplina específica com seus conteúdos e objetos e poder contribuir realmente, para a formação dos educandos do ensino médio, e que essa etapa de formação ainda não cumpriu a sua função educativa como entendemos que deva ser.

O professor Severino, uma de nossas referências pedagógicas e filosóficas, ensina que a educação é mediação da existência histórica, que a prática e o ensino de filosofia remetem-nos ao exercício da subjetividade e da existencialidade, assim como a reflexão filosófica é uma paidéia política construtora de cidadania. Para ficarem mais claro estas questões, busquemos, na amplitude infinita das reflexões sobre a filosofia e a educação, já anteriormente contempladas.

Isto quer dizer que a essência do pensar filosófico, na sua proposta educativa desdobra-se em duas dimensões: uma de caráter político e outra de caráter pedagógico, conseqüentemente, trazendo consigo um projeto ético de formação dos indivíduos, no caso, os jovens adolescentes, o que denota que a busca de um sentido para a filosofia está não só na formação individual do sujeito, mas está ligada à esfera de um sujeito coletivo, histórico e social.

O homem é um campo amplo de relações com tudo que o cerca, isto o faz ser-no-mundo e estar com-o-mundo, ele se expressa como sujeito individual e coletivo pensante que busca construir sentidos que tenham a ver com a sua existência histórica, o que faz com que toda a atividade intelectual, e principalmente a filosofia, se torne uma explícita pedagogia política. Lembramos que a filosofia originalmente é filha da ágora – a praça pública, lugar das trocas de experiências das relações de poder, das assembléias, do discurso pautado pelo diálogo –, nesse sentido, a filosofia torna-se uma paidéia com o destino a contribuir para a formação da coletividade humana. Nesse contexto, originalmente todo filósofo é um educador na cidade, por isso, é comum a um filósofo educador insistir em que o compromisso fundamental do conhecimento, instrumento privilegiado da espécie, é que possibilita a crítica, a investigação, que leva à construção e ao exercício da cidadania e de uma vida ética, entendida como uma forma adequada da existência, uma qualidade de vida no âmbito concreto da história.

A priori, entendemos que o ensino de filosofia pressupõe estar presente esse modo intrínseco do pensar filosófico. A tarefa pedagógica relacionada com o filosofar tem que ter como horizonte a coletividade humana, por isso, insistimos em levar pedagogicamente a filosofia às crianças, aos jovens do ensino médio e superior. A finalidade da filosofia é de formação do ser humano, é impossível ser humanizado sem a prática do saber reflexivo e crítico.

“Enfim, a Filosofia, se retomar sua vocação reflexiva sobre todos os aspectos do saber e dos conhecimentos, poderia, deveria fazer convergir a pluralidade de seus pontos de vista sobre a condição humana. (...) Seria possível, daí em diante, chegar a uma tomada de consciência da coletividade do destino próprio de nossa era planetária, onde todos os humanos são confrontados com os mesmos problemas vitais e mortais”. (Morin, 2004)

Nossa insistência maior é a formação filosófica dos adolescentes no ensino médio, fase escolar que coincide com uma faixa etária significativa na formação intelectual e na formação da identidade do ser humano, período de construção de uma consciência moral, de transição das regras heterônomas para a construção da autonomia, ou seja, a capacidade de autodeterminação. Temos de nos esforçar para que se realize o caráter universalizante de educar filosoficamente todos os educandos durante a sua vida escolar e reconhecer que

a experiência pedagógica do exercício filosófico contribui para a formação, o amadurecimento intelectual do sujeito individual e coletivo, para o amadurecimento de uma consciência social e de escolhas pessoais. Se assim é que compreendemos o significado de educação filosófica para a formação do indivíduo e para a cidadania e, com isto, a sua contribuição na educação formal escolar, como está se construindo tal projeto no caso da educação brasileira? Assunto que abordaremos a seguir.

2- A reforma na educação brasileira: a Filosofia, a continuidade dos paradoxos.

Estamos falando de educação escolar, e com a plena consciência de que o máximo que a escola e os professores podem fazer é contribuir para a formação dos jovens, lembrando que todas as instâncias sociais são educativas, e, dentre estas, a grande influência da família e dos valores que transitam nela e na sociedade. Os jovens estão sendo educados compulsoriamente, uma vez que todos eles devem ir a escola, dominar a cultura escrita, o discurso elaborado, como dizemos na linguagem contemporânea: o discurso científico (termo ambíguo e, muitas das vezes ideológico). Se todas as crianças ou jovens vão à escola, o que aprendem lá surte efeitos mais amplos na sociedade, uma vez que todos são membros constituintes desta.

As escolas, sejam públicas ou privadas, têm que obedecer ao sistema nacional de ensino e que seja igual para todos, respeitando as diferenças regionais, assim proclama as Leis e Diretrizes e Bases para a Educação, o que nós professores temos de defender, assim também a sociedade, se, se pleiteia realmente a construção efetiva dos direitos a cidadania. Portanto, sabemos que, nesse contexto se colocam alguns problemas que destacamos a partir de agora. No Brasil, promulgou-se a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96) e, conseqüentemente, a elaboração de documentos propondo Parâmetros Curriculares Nacionais, por iniciativa do Ministério da Educação na tentativa de responder aos desafios dos “novos tempos” O que influenciou a formação dos PCNs foi a reforma de ensino espanhola com sua proposta de apresentar um currículo composto por áreas e disciplinas, articuladas com os chamados “temas transversais”, voltadas para as questões sociais, atuais e relevantes, que devem articular os assuntos das várias áreas e disciplinas. Há

muitas ambigüidades nessa postura, mas só abordaremos brevemente algumas questões relevantes para o nosso caso, deixando-as em aberto para uma futura reflexão, porque o que nos interessa é a disciplina filosofia na formação dos jovens. Vamos às críticas construtivas.

Em termos epistemológicos e científicos, é complicada tal transversalidade, devido às especificidades de cada ciência, (o que não quer dizer que não tenha que existir interdisciplinaridade), com seus objetos e metodologias específicos, mesmo entendendo a realidade do mundo e do conhecimento na totalidade e na intencionalidade do sujeito que o produz. Pedagogicamente, enfrentamos dois problemas, sabendo que não são insolúveis. O primeiro problema é a real formação intelectual e científica dos professores com graves deficiências, que ainda apresentam uma concepção de mundo fragmentária, positivista ou mesmo, muitas das vezes, conservadora. Para exemplificar, nas salas de professores ainda persistem discussões e defesas passionais de suas respectivas disciplinas como únicas válidas no campo da “cientificidade” (grifo nosso), discurso comum nas áreas das disciplinas ditas “exatas” (grifo nosso), para retificar essas afirmações vemos a existência de uma grade curricular com sua carga horária literalmente tendenciosa e ideológica. Tal estrutura, mesmo com o novo plano nacional de ensino, ainda persiste daí, uma das contradições, o que evidentemente compromete tal empreendimento educacional.

O segundo problema, e que determina diretamente a questão anterior é a debilidade das políticas públicas de educação e sua tecnocracia, o que conduz a sua real ineficiência, como já falado, no que se refere às políticas de formação acadêmica, pedagógica e intelectual dos futuros educadores. Tal estado de coisas significa, na verdade, um demonstrativo da miopia pedagógica dos agentes políticos, e até intelectuais e acadêmicos que falam de educação sem conhecer de fato a realidade concreta de nossa sociedade, do nosso povo, da escola em si, principalmente o ensino fundamental e médio.

Outra questão que devemos indicar é a persistência da submissão ao que é externo e a desvalorização do que produzimos internamente no nosso país. Estamos nos referindo que não seria necessário buscar modelos ou teorias pedagógicas alienígenas, com todo respeito ao que se produz lá fora, particularmente no que diz respeito aos europeus. Mas, hoje, já temos no Brasil, especificamente no campo educacional pedagógico, cientistas pesquisadores e

educadores com a competência necessária para implementar e pensar sobre o nosso sistema nacional de ensino, também, muitos professores que poderiam ser consultados sobre tal projeto. Assim, indicamos, no caso da reforma educacional na Espanha, sua influência no Brasil e o risco dessa adequação. De uma situação cultural diferente da realidade brasileira, ainda carente de um espírito público, bem como uma cultura geral baixa que nossos estudantes demonstram, para citar um exemplo, o acesso a bens culturais é muito mais amplo para o jovem europeu; de outro, a escola em Espanha apresenta com determinada homogeneidade de qualidade e de garantia de ser um bem realmente público. Nessa perspectiva, vejamos a transversalidade e o indicativo da Filosofia e de um dos temas filosóficos, a ética.

Um dos temas transversais eleitos é o de ética, e que interessa aos filósofos e professores de filosofia e a legitimidade da disciplina. No documento *Parâmetros Curriculares Nacionais*, encontram que a ética e a cidadania devem ser tomadas como os princípios fundamentais da vida social. No texto, são enumeradas categorias como ação moral, caráter coletivo, felicidade, bem comum, trabalho, bem, conhecimento, liberdade, dever, co-responsabilidade, pluralidade. O texto, com essas categorias, aponta a existência de uma relação íntima entre moral e política entendida como instância de relações de poder e de compromisso social, ou seja, o Eu coletivo.

Afirma Gallo: “para o desenvolvimento desses objetivos são enumerados três valores básicos: dignidade da vida humana, justiça, respeito mútuo e solidariedade. Dessa forma, somos levados a acreditar que se pretende um amplo trabalho com a filosofia, almejando uma formação ética das crianças e jovens. No entanto se prosseguirmos a leitura do documento, somos surpreendidos com os seus desdobramentos. Depois de discutir teoricamente a fundamentação da ética, o texto aponta que, na educação escolar, ela deve estar voltada para o “desenvolvimento da moralidade na criança e no adolescente””, (2003, 72-73). A expressão “desenvolvimento da moralidade” nos jovens, tão visada no texto dá o entendimento de uma “moralização” do processo educativo, assim, concordamos com Galo quanto a sua interpretação e, logicamente, coloca a disciplina de filosofia numa situação ambígua, sabendo que, essa temática é pertencente a tal disciplina.

Acreditamos tornar impossível o desenvolvimento de uma verdadeira

autonomia apoiando-se num processo de “moralização”, determinando normas, padrões e introjetando valores já pré-estabelecidos, como podemos colocar em dúvida se algum professor ou orientador pedagógico fosse capaz de realizar adequadamente aulas ou testemunhos moralizantes para os educandos, principalmente diante dos novos desafios que a sociedade multifacetada e midiática nos impõe no contexto histórico atual dos últimos anos do século XX e inícios do XXI.

O que entendemos por educação ético-moral? Uma educação que visa à formação ética autônoma deve passar por processos distintos, fundamentados na produção de valores próprios, na tomada de consciência de que os valores não são eternos e universais de caráter atemporal, mas são historicamente produzidos por indivíduos concretos. Não estamos defendendo um relativismo ético, que sustente que todos os valores são conflitantes, e que não exista uma única resposta para a questão acerca de quais metas ou princípios devem ser seguidas, porque seria praticamente impossível nortear qualquer conduta moral humana.

Falando de um modo geral, existem alguns valores humanos que são fundamentais, são compartilhados, ou, ao menos, devem ser entendidos e respeitados por todos os indivíduos. Quantos valores éticos morais modificam-se na história dos homens, é equivoco pensar que isto aconteceu acidentalmente ou que foi mero capricho de alguns indivíduos. Não! Acreditamos que tais eventos se devem ao avanço da consciência na compreensão humana historicamente construída, evidente que com todas as contradições e conflitos e que muita coisa ainda o homem tem que aprender. Exemplificando, o caso da abolição da escravidão quando alguns indivíduos reconheceram que todos os seres humanos tinham qualidades e que deveriam ter direitos; a inclusão da mulher, reconhecendo-a como membro pleno do Estado democrático, não esquecendo que foi resultado de um lento processo de conhecimento da natureza da espécie humana, dentre outros.

Por isto, o relativismo é incompatível com a forma pela qual a moralidade se estabelece. A moralidade tem que ser capaz de gerar um comprometimento altruísta, ampliar a generosidade humana para abrigar homens e mulheres, sejam de qualquer classe, etnia, cultura, religião ou opção sexual. Estas condições não podem ser um capricho passageiro, uma vez conquistado tais direitos, eles têm

que ser consolidados e defendidos por aqueles que acreditam que tais verdades pertencem à integridade humana, e uma das tarefas da educação é zelar e proteger tais avanços.

Demonstramos que uma educação dessa natureza, prioritariamente tem que estar aberta à problemática sóciopolítica e, conseqüentemente atravessada pela construção e efetivação da cidadania. Para simplificar, sem reducionismo, entendemos cidadania como um atributo de todo ser humano e uma condição política afirmativa. Aristóteles mostrava que é inerente ao ser humano a condição política, “o homem é um animal político”, se somos animais políticos, quer dizer que vivemos em comunidade, compartilhamos experiências, por isso somos também, como afirmara Marx, “somos animais sociais”, todos os homens têm o sentimento de pertença a uma comunidade, por isso, a cidadania é inerente à condição humana.

Portanto, a cidadania somente se realiza na sua plenitude por meio do seu exercício pleno, que se configura nas ações e nas intenções humanas, na participação ativa e consciente na comunidade da qual tomamos parte e que faz de nós cidadãos de fato.

A partir desse entendimento, existem vários conceitos de cidadania que variam no tempo histórico, assim como foi demonstrada a questão da moralidade que se encontra intrínseco ao espírito de educação política dos indivíduos. Assim, o cidadão da polis grega, era diferente do cidadão que participou da independência dos EUA, ou da Assembléia Legislativa no auge das discussões na revolução francesa, e outra é ser cidadão no Brasil finais do século XX e início do século XXI.

No caso brasileiro, vivemos e lutamos atualmente para a construção efetiva de uma sociedade civil, reivindicamos pela abertura de espaços realmente democráticos, que possibilitem uma política afirmativa na qual deixamos de ser meramente indivíduos para nos tornarmos cidadãos. Assim, entendemos que o cidadão transcenda o caráter jurídico de sua existência e se legitime de fato em ações políticas constituídas na relação com o Estado que o reconheça como tal e que se configure em seguida mediante direitos e deveres, fundamento de qualquer democracia cidadã.

Seja na sua origem, desde a Grécia, a cidadania é essencialmente ativa, transformadora, e com base nessa caracterização política, podemos questionar

se ela existe no Brasil contemporâneo. “Como mostra Éster Buffa, o Brasil ainda não conseguiu realizar nem mesmo o ideal de cidadania burguesa produzido pela modernidade”:

“Os direitos do cidadão, tanto os chamados direitos humanos – à vida, à saúde, à educação – quanto os direitos civis – liberdade, igualdade jurídica, justiça -, que a partir do século XVIII foram sendo progressivamente realizados nos países capitalistas desenvolvidos são, pois, proposições da democracia burguesa. Aliás, os direitos do homem e do cidadão foram reafirmados pela ONU, após a segunda guerra mundial”.

Apesar disso, o Brasil, país capitalista, caracteriza-se por ser uma sociedade autoritária e hierarquizada, em que os direitos do homem e do cidadão simplesmente não existem. Não existe para a elite, de vez que ela não precisa de direitos, porque tem privilégios, está, pois, acima deles. Não existem para a imensa maioria da população – os despossuídos -, pois suas tentativas de consegui-los são sempre encaradas como problemas de polícia e tratadas com todo o rigor do aparato repressor de um Estado quase onipotente (Chauí, 1986: 2).

A extrema liberalidade com que é tratada a pequena elite corresponde à extrema repressão do povo, sobretudo quando os trabalhadores se organizam e lutam. “Episódios recentes revelam que nem mesmo a vida humana é encarada com alguma seriedade”.

Vemos o quanto ainda que nós brasileiros temos que caminhar na construção de uma cidadania de fato. É urgente que se concretizem ações efetivas que realmente possa mudar a face da sociedade, carcomida pela pobreza, pela falta de moradia pela violência, pelo desemprego pelo analfabetismo, de milhões de brasileiros. É uma falácia afirmar estar a educação avançando; na verdade, o que encontramos são números estatísticos, e não um ensino efetivo, que possa contribuir na formação dos jovens, por isso não basta que votemos de quatro em quatro anos em pessoas que nos “representam” na condução da sociedade. Só haverá política afirmativa, caso se confronte o povo X Estado, se tal fato já aconteceu em ações populares no âmbito da ação política desses movimentos, no campo do ensino formal, na educação, vemos que tal movimento se arrefeceu nos últimos tempos. Acreditamos que não vá existir cidadania caso a sociedade se mobilize realmente em favor da educação, assim

como não se constituir, de fato, em ações pedagógicas eficientes no espaço escolar e na ampliação de direitos efetivos a uma educação escolar transformadora.

No caso da educação brasileira, o que assistimos, nos últimos tempos, é a uma desqualificação do ensino, particularmente dramática é a situação das escolas e professores da rede pública; ao longo das últimas duas décadas, as condições de trabalho e os salários foram degradando insistentemente e, claro, caindo a qualidade e mesmo oferecendo o currículo mínimo para o estudantado. De outro lado, o avanço incontestável da rede escolar privada para suprir a demanda educacional diante do alheamento do Estado, que se esquiva de seus compromissos, mas que também não cumpre efetivamente sua função social e formativa no espírito da cidadania. Não é por incompetência dessas escolas, mas por estarem inseridas no contexto de um modelo social elitista e excluyente de nossa sociedade. Por isso que não nos interessam determinadas ações pedagógicas que contribuem para uma “cidadania” individualista classista, que forma o cidadão designado costumeiramente por cidadão casulo ou cidadão ilha, típico de classes médias e médias altas.

Para termos uma idéia do drama que vivenciamos na educação, a privatização do ensino nos últimos anos - ou se preferirem outro termo, o descaso ou alheamento do Estado – passou a ser encarada com naturalidade, tanto que, segundo Willington, “as poucas mobilizações de estudantes realizadas no 2º semestre de 1989 tiveram como motivação à elevação do valor das mensalidades escolares. Em 1990 foram os pais que se mobilizaram, mais do que os estudantes, a privatização não foi questionada em ambas as situações” (2000: 275). Quando falamos mobilização, dizemos pais da classe média; a intervenção do Estado somente foi solicitada para conter aumentos abusivos de mensalidade nas escolas privadas, não se observou preocupação alguma desses setores em reivindicar do Estado uma escola de qualidade, pública e gratuita e tampouco em saber que tipo de educação querem para seus filhos. Aqui entramos em algo muito mais profundo que, na verdade, está ligado à própria formação da identidade e da cultura brasileira e seu conservadorismo autoritário e que perpassa, praticamente, por todos os segmentos sociais, principalmente as camadas altas e médias, já citados anteriormente neste texto.

Vivemos um momento de complexidade, talvez alguns perguntem que tipo

de cidadania nós queremos. Preferiríamos não afirmar qualquer corrente no âmbito doutrinário político como acostumamos a fazer, mas temos a certeza de que a escola atual, especialmente a brasileira, afirma e reproduz a estrutura social, alimenta as desigualdades, seja ela pública ou privada, e com um agravante, parece haver um descaso com os problemas sociais, ainda por cima, o revigoramento do preconceito seja étnico, social ou mesmo cultural, a discriminação chegou até mesmo na estética das representações e expressões culturais.

Defendemos a recuperação da ousadia, de fazer uma comunidade escolar em que haja uma pedagogia libertadora, a isto que chamamos de educação moral e não de “ensinar” moralidade. A educação moral tem que permear toda a vida escolar, tem de estar presente na relação professor-aluno, na relação da direção com alunos e professores, funcionários e professores. Só há educação para a cidadania sendo uma educação para o convívio social e que ultrapasse os muros da escola e se reflita na sociedade. Para construir tal educação temos que rever os valores; estamos na urgência de conclamar a sociedade, mais concretamente, constituir uma mobilização para a educação de fato. Para tal empreitada, se faz necessária a atuação consciente dos pais o que os convoca a reflexão e revisão de suas relações com os filhos e com a escola. Também, tem que rever o seu papel o educador, muitos exercem muito bem sua profissão no que concerne ao domínio do conteúdo, mas isto hoje se tornou insuficiente, o educador comprometido com a cidadania ativa deve estar aberto ao diálogo com outras disciplinas e com a criatividade, evidentemente, enfrentando os conflitos inerentes às diversidades humanas, e, particularmente, o jovem ainda em formação.

Se a filosofia pode contribuir para a formação dos jovens e para fortalecer o ensino médio, motivo que torna necessária uma análise histórica dos últimos anos da escola e o ensino no Brasil, como foi exposto. Para tanto, precisamos urgentemente de nos sentir indignados diante da situação em que nos encontramos no contexto educacional do país, não podemos, como educadores, fazer populismo pedagógico. São as concepções, os valores que assumimos que moldam a nossa sociedade e a nossa cultura, e entre os mais importantes que contam para a sua construção ainda são as vias de um Ethos humanizador. Assim, se a educação é o ato de civilizar as pessoas dentro de uma cultura e de

reconhecer outras culturas temos que primar por uma educação reflexiva, crítica, fundamentada em valores que possam contribuir para uma equidade social e para uma consciência de alteridade diante do conhecimento que produzimos. Podemos ter certeza, todos nós, integrantes desta sociedade, que seremos vistos, no futuro, ou como conquistadores e ousados, ou como covardes e inoperantes, assim como hoje julgamos, muitas vezes o nosso passado histórico, por isto, nossa responsabilidade é muito maior do que supomos: “A nossa sociedade, ao negligenciar os anseios da democratização do ensino, comporta-se como Medéa, que após matar os seus filhos chorou por não haver mais ninguém que a viesse assistir na velhice” (GUIDO: 93).

Referências

AGUIAR, José M. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Belo Horizonte: Lâncer, 2002. BORNHEIM, Gerd Alberto. Filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais. 11ª ed. São Paulo: Globo, 2003.

BUFFA, E. et alii. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão. 2ª ed. São Paulo: 1988. p. 28-29. CARTOLANO, M. Teresa Penteadó. Filosofia no ensino de 2º Grau. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985 (Educação Contemporânea).

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. 5º ed. Revisada. São Paulo: Moraes (Educação Universitária) 1984.

GALLO, Silvio. Et alii. Filosofia do Ensino de Filosofia. Vol. VII. Petrópolis: Vozes, 2003.

GALLO, Silvio e KOHAN, Walter O. (organizadores) Filosofia no ensino médio. Vol. VI, Petrópolis: Vozes, 2000.

GERMANO, José Wellington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993.

GOERGEN, Pedro. Pós-Modernidade: Ética e Educação. / Pedro Goergen. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 79).

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NUNES, César A. A construção de uma nova identidade para a Filosofia no segundo grau: condições e perspectivas. Campinas: Unicamp.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, sujeito e história. São Paulo: Olho d'água, 2001.